

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR GERENTE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA  
REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO NO ESTADO DE  
ALAGOAS**

**Autos do processo SEI 27225.006648/1965-86**

Referência: Recurso Hierárquico c/c Pedido de Reconsideração – Autos de Infração 22/2018, 3742/2020, 3743/2020, 3744/2020, 3745/2020, 3770/2020, 3784/2020, 3785/2020, 3786/2020 e 3787/2020.

**BRASKEM S.A.**, já devidamente qualificada nos presentes autos, vem, respeitosamente, perante V. Exa., por seus procuradores *in fine* assinados (instrumento de mandato anexo e já juntado aos autos – documento SEI nº 1439380), interpor o presente **RECURSO HIERÁRQUICO c/c PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO** em face da imposição de multa publicada no Diário Oficial da União de 14/07/2020 referente aos Autos de Infração em epígrafe, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

Assim, requer, desde já, que se digne V.Sa. a, em face das razões anexas, reconsiderar a decisão proferida, ou, caso entenda por mantê-la, que remeta os presentes autos para apreciação e decisão pela autoridade competente da Agência Nacional de Mineração – ANM, recebendo a presente manifestação como Recurso Hierárquico.

Em ambos os casos, requer, desde já, a atribuição de EFEITO SUSPENSIVO à presente manifestação, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei 9784/99, de modo a que a decisão ora recorrida não produza frutos até que transite em julgado decisão administrativa final sobre a matéria.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2020.

**BRASKEM S.A.**

**COLENDIA DIRETORIA COLEGIADA  
EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DIRETORES**

**RAZÕES DE RECURSO HIERÁRQUICO**

**I. TEMPESTIVIDADE**

1. Inicialmente cumpre demonstrar a tempestividade do presente recurso. Considerando que a decisão ora recorrida foi publicada no Diário Oficial da União (“DOU”) de 14 de julho de 2020 e que o respectivo prazo é de trinta dias, o termo final para a sua interposição seria o dia 13 de agosto de 2020.

2. No entanto, considerando que os prazos para apresentação de defesa e interposição de recursos contra autos de infração lavrados por esta Agência encontram-se atualmente suspensos até 31 de agosto de 2020, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada da ANM nº 28/2020, na redação que lhe deu a Resolução 41/2020, tem-se como prorrogado para 1º de setembro de 2020 o termo final para protocolo da presente manifestação.

3. Evidente, portanto, sob qualquer enfoque, a tempestividade deste recurso, tendo em vista o seu protocolo na presente data.

**II. DO NECESSÁRIO EFEITO SUSPENSIVO**

4. Como se sabe, os recursos administrativos não possuem, em regra, efeito suspensivo, ex vi caput do artigo 61 da Lei 9784/99. Ocorre que o parágrafo único do citado artigo prevê a possibilidade de ser-lhes concedido efeito suspensivo quando a imediata produção de efeitos da decisão recorrida puder gerar prejuízos de difícil ou incerta reparação.

5. No presente caso, em que pese os argumentos aqui expostos conduzirem à evidente conclusão de que não há que se falar em infração praticada pela Braskem

de apresentar qualquer informação ou dado falso a esta Agência, trata-se de situação de claro e fundado receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação a que está sujeita a Braskem pois a Agência está apenando a empresa por, supostamente, não cumprir exigências que a ANM já havia, expressamente, reconhecido no passado o seu cumprimento, além de estar-lhe sendo aplicadas penalidades em dobro por uma suposta reincidência que não existe.

6. Por essas razões, a atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso, além de possuir expressa previsão no art. 61, §1º da Lei 9.784/99, se trata de medida de extrema necessidade, pois a empresa está sujeita a sério risco de dano, na medida em que pode vir a ser penalizada por atos que não condizem com a realidade dos fatos.

### **III. BREVE SÍNTESE**

7. Conforme se verifica dos autos, trata-se de Recurso Hierárquico que ora interpõe a Braskem em face da decisão publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2020, por meio do qual a Gerência de Alagoas da Agência Nacional de Mineração houve por impor-lhe as multas veiculadas por meio dos Autos de Infração de nºs 22/2018, 3742/2020, 3743/2020, 3744/2020, 3745/2020, 3770/2020, 3784/2020, 3785/2020, 3786/2020 e 3787/2020.

8. Originalmente, os Autos de Infração em comento foram lavrados (à exceção daquele de número 22/2018) em junho de 2019, então sob os números 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16/2019, tendo por objeto as mesmas supostas condutas punitivas, mas foram tornados sem efeito em virtude de erro material, uma vez que indicavam como fundamento legal dispositivos inaplicáveis à espécie.

9. Em virtude disso, foram lavrados, em 28 de abril de 2020, os Autos de Infração 3742/2020, 3743/2020, 3744/2020, 3745/2020, 3770/2020, 3784/2020, 3785/2020, 3786/2020 e 3787/2020, os quais se somaram ao Auto de Infração 22/2018, lavrado em 04 de abril de 2018, cujos objetos são os seguintes:

Auto de Infração	Exigência supostamente descumprida	Valor da Multa
22/2018	Item 6 do Ofício 258/2015 (laudo das estruturas de superfície)	R\$ 6.478,52
3742/2020	Item 3 do Ofício 258/2015, quanto ao ano de 2017 (programa de monitoramento sistemático da subsidência)	R\$ 2.597,75
3743/2020	Item 3 do Ofício 258/2015, quanto ao ano de 2018 (programa de monitoramento sistemático da subsidência)	R\$ 5.195,50
3744/2020	Item 4 do Ofício 258/2015, quanto ao ano de 2016 (programa de monitoramento do interior das cavernas dos poços mais recentes)	R\$ 2.597,75
3745/2020	Item 4 do Ofício 258/2015, quanto ao ano de 2017 (programa de monitoramento do interior das cavernas dos poços mais recentes)	R\$ 5.195,50
3770/2020	Item 4 do Ofício 258/2015, quanto ao ano de 2018 (programa de monitoramento do interior das cavernas dos poços mais recentes)	R\$ 5.195,50
3784/2020	Item 4 do Ofício 258/2015, quanto ao ano de 2016 (programa de monitoramento do interior das cavernas dos poços mais antigos)	R\$ 5.195,50
3785/2020	Item 4 do Ofício 258/2015, quanto ao ano de 2018 (programa de monitoramento do interior das cavernas dos poços mais antigos)	R\$ 5.195,50
3786/2020	Item 5 do Ofício 258/2015 (mapa de levantamento planialtimétrico da área de concessão)	R\$ 2.597,75
3787/2020	Item 1 do Ofício 175/2017 cumprido intempestivamente (Inclusão dos poços 16, 17 e 28 no cronograma de arrasamento dos poços desativados)	R\$ 2.597,75

10. Tendo sido devidamente intimada da lavratura dos Autos de Infração por meio de publicação veiculada no DOU de 30/04/2020, a Braskem apresentou sua defesa administrativa, oportunidade em que demonstrou, em suma, que os Autos de Infração não teriam fundamento, vez que dissociados da realidade dos fatos, que esses violariam o princípio do non bis in idem, haja vista os múltiplos autos de infração lavrados com o mesmo substrato fático, bem como que não haveria que se falar em reincidência da empresa.

11. À defesa apresentada foi negado provimento em 14/07/2020. No entanto, conforme será a seguir demonstrado, não devem prosperar os argumentos postos pela Gerência Alagoana para sugerir o indeferimento da defesa apresentada, mas, ao contrário, deverá ser-lhe dado provimento para anular os autos de infração lavrados em desfavor da Braskem.

#### IV. PRELIMINARMENTE – Da tempestividade da defesa apresentada em relação ao AI 22/2018

12. De início, cumpre aqui refutar a conclusão de que “a defesa interposta para o Auto de Infração nº 22/2018 não atende o pré-requisito da tempestividade”, fato equivocado que teria conduzido a Gerência Alagoana à imposição de multa em relação a esse Auto de Infração.

13. Conforme se verifica dos autos, trata-se de Auto de Infração lavrado pelo então Superintendente do DNPM/AL, em abril de 2018, por suposto descumprimento da exigência constante do item 06 do Ofício 258/2015, contra o qual a Braskem se insurgiu em 02/08/2019, logo após tomar conhecimento de sua lavratura.

14. Apesar de a Lei de Processos Administrativos impor à Administração Pública o dever de realizar as intimações dos interessados por meio que assegure a certeza de sua ciência, nos termos expressos de seu art. 26, §3º<sup>1</sup>, a lavratura do Auto de Infração em comento somente foi publicizada mediante a sua veiculação no Diário Oficial da União.

15. Como bem sabido, **a publicação oficial – via Diário Oficial da União – se trata de forma de intimação ficta, que deve ser adotada em caráter supletivo e apenas nos casos em que os interessados sejam desconhecidos, ou que estejam em local incerto ou não sabido.**

16. A razão para tal é evidente: em que pese a publicação no Diário Oficial da União ter passado a ser adotada como praxe pela ANM, trata-se de forma de intimação que não garante que o seu interessado dela tomará conhecimento, haja vista que uma infinidade de situações podem ocorrer que o impeçam de ler o jornal oficial naquele dia, ou ainda que, mesmo lendo-o, acabe por não identificar o extrato relativo ao seu processo.

---

<sup>1</sup> § 3º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

17. Trata-se, não só de forma de se garantir a ampla defesa e o contraditório – princípios constitucionais do processo – mas, novamente, dispositivo expresso de lei, conforme se vê do §4º daquele mesmo artigo 26 da lei processual administrativa.

*“§ 4o No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial”.*

18. E, de fato, tendo a Braskem sido intimada exclusivamente via a publicação do correspondente extrato no Diário Oficial da União, a empresa dele acabou não tomando conhecimento de forma tempestiva, mas somente quando da lavratura dos Autos de Infração 08 a 16/2018.

19. Em virtude disso, não há que se falar em intempestividade da defesa apresentada pela Braskem, mas em nulidade do ato administrativo, conforme será demonstrado a seguir.

20. De acordo com o PARECER n. 00213/2019/PFE-ANM/PGF/AGU e do posterior DESPACHO n. 08234/2019/PFE-ANM/PGF/AGU, que lhe aprovou, ambos ora anexos (doc. 01), o Procurador-Chefe da ANM, além de reconhecer que seria nula a intimação veiculada exclusivamente por meio do Diário Oficial da União, recomendou que a Superintendência de Produção Mineral desta Agência Nacional de Mineração orientasse as Gerências Regionais acerca desse entendimento, para fins de padronização, o que, contudo, parece não ter ocorrido *in casu*. Veja-se:

Enfim, isso realmente necessita ser revisto para adequar a forma e o meio das comunicações e atos da Autarquia a nova realidade, com foco na economia, segurança, transparência, celeridade, eficiência e modernidade que a nova Agência Nacional de Mineração requer.

Para isso, primeiro será necessário uniformizar o meio que a Autarquia usará para garantir tanto a publicidade quanto a efetiva ciência de suas comunicações aos agentes do setor da mineração.

(...)

Como o ônus de provar a efetiva ciência ao administrado, seja pela via postal ou outros meios, é da Administração, sob pena de nulidade do ato ou do processo, é necessário que nova sistemática seja pensada e adotada para evitar desgastes desnecessários e que a Autarquia continue sucumbindo em ações com esses objetos.

(...)

Portanto, a melhor interpretação é a de que se reconheça que a comunicação dos atos da ANM não deve ser apenas aquela fictícia feita através do DOU, mas que se busque meios de entrega direta ao destinatário ou seu representante legal com a

efetiva ciência do ato que propiciará, caso deseje, o contraditório e a ampla defesa previstos constitucionalmente.

(...)

Diante disso, entendemos que além da publicação as comunicações feitas pela ANM também devem ser mediante aviso de recebimento. Embora muitos dispositivos da legislação minerária já estabeleçam essa obrigatoriedade, sugerimos a padronização para aplicação em todos os casos.

21. Por isso, sob pena de violação expressa a texto de lei e de descumprimento de despacho proferido pelo Procurador-Chefe desta Agência acerca da interpretação jurídica a ser adotada em caso idêntico, deve-se reconhecer a tempestividade da defesa em relação ao Auto de Infração 22/2018, uma vez apresentada tão logo a empresa tomou conhecimento de sua lavratura.

## **V. RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA**

### **5.1. Razões para a anulação dos Autos de Infração 22/2018; 3742 e 3743/2020**

22. Superada a evidente tempestividade do Auto de Infração 22/2018, cumpre aqui demonstrar a ausência de substrato fático que fundamente a sua lavratura, bem como a dos Autos de Infração de nº 3742 e 3743/2020. Senão veja-se.

23. Para tanto, calha rememorar os itens do Ofício 258/2015 que supostamente teriam sido descumpridos e que geraram a lavratura dos Autos de Infração em comento:

<b>Auto de Infração</b>	<b>Item do Ofício 258/2015 que teria sido descumprido</b>
22/2018	Item 06: Apresentar um laudo das estruturas de superfície, de forma a possibilitar a verificação da qualidade das mesmas e a probabilidade de dano para a correspondente previsão de subsidência máxima.
3742/2020 e 3743/2020	Item 03: Apresentar programa de monitoramento sistemático da subsidência em diferentes pontos da área de concessão de lavra, de forma a confrontar as previsões de subsidência dos modelos.

24. Em relação ao item 06, objeto do Auto de Infração 22/2018, tem-se que esse foi devidamente cumprido, de forma tempestiva, mediante o protocolo, em 28 de agosto de 2015, de relatório técnico elaborado pela empresa que, à época, lhe

prestava serviços de monitoramento de recalque das minas, mediante leitura topográfica do local, o qual indicava a inexistência de recalque relevante.

25. Mostra-se equivocada, portanto, a conclusão posta pelo técnico desta Agência à fl. 1937 e 1939 de que a empresa teria deixado de cumprir aquela exigência, vez que consta dos autos a indicação clara e inequívoca de que a apresentação daquele documento se dava em cumprimento ao item 06 daquele Ofício 258/2015. É o que consta da petição de fls. 1857 (doc. 02), da qual se extrai que:

Em atendimento aos itens 01(pág. 2 a 28), 02 e 03 (pág.29), 04 (pág.30 a 32), 06 (pág.33 a 35) e 07 (pág.36), os documentos estão sendo protocolados nesta data.

26. Não se pode dizer que tal documento foi desconsiderado pelo técnico por ser imprestável ao atendimento à exigência, ou qualquer outro argumento similar, uma vez que o referido item 06 não trouxe qualquer indicativo de qual seria o conteúdo mínimo do tal laudo das estruturas de superfície, de modo que a apresentação do relatório que indicou a inexistência de recalque relevante nos últimos dez anos deveria servir para cumprimento do item que se referia à situação das estruturas de superfície.

27. Assim, caso se entendesse que o documento apresentado de fato não atendia a essa exigência, deveria esta Agência tê-la reiterado, esclarecendo as razões pelas quais assim entendia, não podendo simplesmente ignorá-lo, indicando sumariamente que esse item não teria sido cumprido, sob pena de violação aos princípios da motivação dos atos administrativos, da ampla defesa e do contraditório.

28. Ao ensejo, cumpre, desde logo, refutar a equivocada acusação feita pelo técnico desta Agência em seu Despacho 166 (SEI 1496667), no sentido de que seriam inverídicas as informações trazidas pela empresa naquela oportunidade, uma vez que os estudos de interferometria realizados posteriormente, em 2019, pela CPRM e Braskem indicaram a ocorrência de recalque “relevante” no local.

29. De fato, ao avaliar, com base nos dados que se tem hoje, a informação prestada pela empresa especializada contratada pela Braskem à época, não há como



negar que essa se equivocou ao considerar que, no período de 2003 a 2013, não teria ocorrido recalque significativo no local.

30. Ocorre que, com base nas informações que se tinha à época, não era possível chegar a conclusão diversa, tampouco questionar a certeza e precisão das informações prestadas pela empresa contratada – especialista no tema – a respeito da condição das estruturas de superfície.

31. Ademais, por ter a Braskem contratado empresa especializada para a realização dos trabalhos de levantamento topográfico, com experiência de mais de trinta anos na área e atuação consolidada no mercado alagoano, não se poderia cogitar, no presente caso, de uma eventual obrigação de fiscalização/vigilância por parte da Braskem, uma vez que a relação existente à época era pautada no princípio da confiança, que conferia ao especialista a presunção de que esse realizaria seus trabalhos de acordo com o Direito e a melhor técnica.

32. Não está aqui a Braskem buscando negar a ocorrência de falhas técnicas no levantamento realizado à época pela empresa STOP e apresentados à Agência, uma vez que, de fato, as informações obtidas posteriormente apontaram inconsistência nos levantamentos até então realizados por dita empresa.

33. O que se observa é que, diante da necessidade de realização de trabalhos de topografia que lhe indicassem, com certeza e precisão, se estaria ocorrendo recalque das áreas onde se localizam as suas frentes de lavra, a empresa contratou especialista externo, com boa reputação no mercado e comprovada *expertise* no ramo para realizar os trabalhos necessários.

34. Diante dessa *expertise* demonstrada à época, a Braskem – como não podia ser diferente - confiou na qualificação técnica e no *know-how* desse especialista para a realização dos levantamentos e aferição do nível de subsidência das áreas, e utilizou os relatórios por ele elaborados para atender às exigências desta Agência, sempre com a absoluta e legítima crença de se tratarem de documentos tecnicamente adequados e corretos.

35. Neste sentido e, tendo contratado empresa que, à época, era referência no mercado alagoano de serviços de topografia, a Braskem somente tomou conhecimento de que os dados apresentados pela STOP continham inconsistências anos após a sua apresentação à ANM, seja em decorrência dos resultados dos estudos posteriores de interferometria, seja pelas conclusões da auditoria (*peer review*) que a Braskem, em postura diligente e de boa-fé, contratou para verificação dos estudos de topografia que haviam sido feitos, logo após ter tomado conhecimento dos dados de interferometria, indicando medições divergentes das que vinham sendo apresentadas pela topografia realizada pela STOP.

36. No entanto, vale enfatizar que essas informações não estavam disponíveis à época, assim como tampouco havia Termo de Referência ou exigência técnica editados por parte desta Agência, que indicassem a metodologia a ser aplicada nos trabalhos de medição topográfica a serem realizados pela Braskem para acompanhamento do recalque das minas.

37. Assim, não havia nenhuma razão para que a Braskem desconfiasse das conclusões postas no documento técnico apresentado pelo especialista na matéria, mediante Anotação de Responsabilidade Técnica.

38. Nesse mesmo contexto, não há que se falar em descumprimento da exigência constante do item 06 daquele Ofício 258/2015 pela apresentação de dito relatório que, avaliando a subsidência da área nos últimos dez anos, apresentou suas conclusões sobre a situação de ausência de recalque relevante na superfície.

39. Na mesma linha, não há que se falar em descumprimento da exigência de apresentação de programa de monitoramento da subsidência, objeto do item 03 daquele mesmo Ofício 258/2015, cujo suposto descumprimento ocasionou a lavratura dos Autos de Infração 3742 e 3743/2020.

40. Primeiramente, há que se destacar que a exigência formulada por meio daquele item se limitava à **apresentação** de programa de monitoramento, o que foi

feito pela empresa às fls.1857 e 1885, mediante a apresentação de plano que consistia em realizar levantamentos topográficos, por meio de Referências de Nível que fariam a leitura da cota entre os flanges dos poços de sal, com intervalo de trinta e seis meses.

41. Dita exigência foi, inclusive, dada por cumprida pela ANM em duas oportunidades, o que demonstra que o teor da exigência não era de implementar o programa de monitoramento em si, mas apresentá-lo, bem como reconhece que o documento apresentado se mostrava satisfatório. Senão veja-se:

IV- 22/07/2017 Ofício Nº 258/2015

Exigências: 1 – Licença de Operação – Cumpriu Fls 1858  
2 – Cronograma de arrasamento - Cumpriu fls 1885 e 1898.  
3 – Programa de monitoramento sistemático de subsidência em diferentes  
– Cumpriu fls 1885

Figura 1 - Parecer de fl. 1937 - Volume 6 dos autos físicos (doc. 03)

Em julho de 2015, por meio do Ofício nº 258/2015-DNPM/AL – de 22/07/2015, foram formuladas as seguintes exigências à empresa titular da concessão de lavra:

- o Apresentação de Licença Ambiental de Operação - Cumpriu às Fls. 1858 dos autos;
- o Cronograma de arrasamento - Cumpriu às fls 1885 e 1898;
- o Programa de monitoramento sistemático de subsidência - Cumpriu às fls 1885 dos autos;

Figura 2 - Parecer de fl. 2850 - Volume 11 dos autos físicos (doc. 04)

42. Ora, o fato de informações posteriores terem demonstrado que as conclusões apresentadas pela empresa especializada, com Anotação de Responsabilidade Técnica, estavam equivocadas não é capaz de invalidar o programa em si.

43. Muito pelo contrário: além de ter sido reconhecido por esta Agência que o programa atendia ao que fora exigido da empresa, esse foi efetivamente posto em prática, ainda que os resultados anos depois tenham sido identificados como tecnicamente falhos por iniciativa da própria Braskem. Não há que se falar, portanto, em descumprimento pela Braskem de exigência que lhe tenha sido feita pela fiscalização da ANM.

44. E mais, ao considerar-se o histórico feito há pouco, não obstante esta Agência ter julgado como satisfatoriamente cumprida a exigência objeto do item 03 do Ofício

258/2015, essa posteriormente muda de ideia, violando os princípios da segurança jurídica e do ato jurídico perfeito e volta atrás para apontar como descumprida a mesma exigência.

45. Nesse contexto, não há que se falar em responsabilização da empresa pela apresentação de informações ou dados inverídicos, em relação aos resultados do monitoramento de subsidência referentes aos anos de 2017 e 2018, nos termos do art. 73 do Regulamento do Código de Mineração, conforme sugerido pelo técnico que subscreveu o Despacho 166 (SEI 1496667).

46. Isto porque, como se viu, **a empresa não tinha conhecimento, muito menos consciência, de quaisquer irregularidades ou indícios de irregularidade sobre os resultados apresentados a partir do levantamento realizado pela empresa especializada para alterar de forma voluntária e consciente a verdade (que, reiteramos, não se conhecia) sobre fato juridicamente relevante.**

47. Pelo contrário, tão logo tomou conhecimento de possível irregularidade nos dados levantados, providenciou, **voluntariamente**, a substituição da empresa responsável e contratou auditoria (*peer review*) dos trabalhos de topografia para melhor entendimento do ocorrido.

48. Ressalte-se, novamente, que não havia razões para que a Braskem, quando do recebimento dos resultados de subsidência de 2017 e 2018, desconfiasse das informações que estavam ali presentes, uma vez que, além de estarem em linha com o que vinha sendo informado desde 2003 e sem qualquer questionamento ou exigência complementar por parte desta Agência, esses dados vinham sendo fornecidos por empresa idônea e, até então, de referência no setor.

49. Pelo contrário, tendo avaliado os trabalhos de topografia realizados, esta Agência limitou-se a exigir, à época, por meio do Ofício 069/2018, que a Braskem revisasse, para a campanha de 2018, o método de medição topográfica da subsidência dos poços. Nenhuma irregularidade havia sido identificada pela ANM à

época, mas apenas sugerida a alteração do método, para “aumentar a confiabilidade das leituras”.

50. Não se limitando às exigências legais ou feitas pela fiscalização da ANM, a Braskem foi além e, voluntariamente, cuidou de realizar auditoria (*peer review*) dos trabalhos de topografia que vinham sendo prestados até então, oportunidade em que concluiu a empresa revisora que, muito embora se tratasse, nas suas próprias palavras de “empresa de reputação ilibada e que vem prestando serviços topográficos a (*sic*) mais de 3 décadas no Estado de Alagoas”, a empresa especializada que, à época, era responsável pela topografia, falhou em observar completamente a norma técnica, o que acabou por comprometer a qualidade dos resultados apresentados (fl. 4937 – Volume 21) – (doc. 05).

51. Não se trata, pois, de informação inverídica prestada pela Braskem, mas de análise de empresa especializada sobre o qual à época não havia a mínima suspeita de imprecisão ou imperícia da empresa, o qual foi apresentado de boa-fé pela Braskem à ANM.

52. Somente diante de novas análises/estudos, produzidos anos depois, é que foram identificadas inconsistências no trabalho da empresa especializada, em que pese a sua larga experiência na matéria e o fato de ter revestido o serviço prestado de todas as formalidades previstas em lei, tal como a Anotação de Responsabilidade Técnica, motivo pelo qual, reitere-se novamente, não tinha a Braskem motivos que a levassem a desconfiar dos laudos até então produzidos pelos especialistas.

53. Por oportuno, calha rememorar que a apresentação de informações tecnicamente incorretas não é algo novo no âmbito do contexto regulatório minerário, uma vez que a Consolidação Normativa da ANM, aprovada pela Portaria do Diretor-Geral do DNPM nº 155/2016, prevê em seu artigo 77<sup>2</sup> que o Relatório Anual de Lavra

---

<sup>2</sup> Não se queira invocar o disposto no parágrafo único do mesmo artigo para dizer que, em caso de informações gravemente incorretas não ensejam a possibilidade de retificação, pois a hipótese de norma é de situação que indique **nitidamente** a inconsistência da informação prestada, o que não é o caso, haja vista que foram necessários estudos complementares e a realização de auditoria por peer review para constatar a incorreção dos relatórios topográficos até então apresentados pela STOP.

poderá ser retificado, por iniciativa do interessado ou por exigência da ANM, quando identificadas incorreções em seu preenchimento, o que demonstra que a Agência reconhece a complexidade da atividade minerária, em todas suas vertentes, de modo que admite seja oportunizado ao administrado a correção das informações prestadas.

54. Pelo exposto, deverão ser também tornados sem efeito os Autos de Infração 3742 e 3743, vez que não há que se falar em descumprimento de exigência por parte da ANM, tampouco prestação de informações inverídicas.

## **5.2. Razões para a anulação dos Autos de Infração 3744, 3745, 3770, 3784 e 3785/2020.**

55. Inicialmente, impende aqui rememorar os itens do mesmo Ofício 258/2015 cujo suposto descumprimento teria ocasionado a lavratura dos Autos de Infração ora em análise.

<b>Auto de Infração</b>	<b>Item do Ofício 258/2015 supostamente descumprido</b>
3744/2020 3745/2020 3770/2020 3784/2020 3785/2020	Item 4: Apresentar programa de monitoramento do dano no interior das cavernas, por meio de perfil sônico (já utilizado pela empresa), de forma a possibilitar a avaliação da estabilidade das paredes e teto das cavernas, devendo ser realizada campanha anual para os poços mais recentes (até cinco anos) e a cada dois anos para os poços mais antigos (mais de cinco anos).

56. Novamente, tal como ocorrido em relação ao Item 03 desse mesmo ofício (autos de infração 3742 e 3743/2020), pretende esta Agência, após a consolidação de uma situação jurídica, revisita-la para rever as suas conclusões de forma contraditória.

57. Isso porque a mesma exigência que foi aqui tida por descumprida foi também julgada como cumprida em duas oportunidades pelos técnicos desta Agência, vejamos:

IV- 22/07/2017 Ofício Nº 258/2015

Exigências: 1 – Licença de Operação – Cumprir Fls 1858  
 2 – Cronograma de arrasamento - Cumprir fls 1885 e 1898.  
 3 – Programa de monitoramento sistemático de subsidência em diferentes  
 – Cumprir fls 1885  
 4 – Programa de monitoramento do dano no interior das cavernas, por  
 meio de perfil sônico (já utilizado pela empresa), de forma a possibilitar a avaliação da estabilidade  
 das paredes e teto das cavernas, devendo ser realizada campanha anual para os poços mais recentes  
 (até cinco anos) e a cada dois anos para os poços mais antigos (mais de cinco anos) – Cumprir fls  
 1886.

SUPERINTENDÊNCIA DNPM/AL  
 Rua José Luiz Calazans, 168 – QD 42 – Jatiuca - Maceió/AL. Fones 82-3326-6180. Fax 82-3336.2992  
 e-mail: [dnpm-al@dnpm.gov.br](mailto:dnpm-al@dnpm.gov.br)

Figura 3 - Parecer de fl. 1937 - Volume 6 dos autos físicos

- Programa de monitoramento do dano no interior das cavernas, por meio de perfil sônico, devendo ser realizada campanha anual para os poços mais recentes (até cinco anos) e a cada dois anos para os poços mais antigos (mais de cinco anos) - Cumprir às fls 1886;

Figura 4 - Parecer de fl. 2.850 - Volume 11 dos autos físicos

58. Ademais, também aqui há de ser avaliado o conteúdo da exigência feita pela ANM por meio daquele Ofício 258/2015, de modo a compreender se houve descumprimento por parte da titular.

59. Sem aqui adentrar no número de sonares realizados no período, impende destacar, de início, que não há naquele Ofício a obrigação de implementação do programa de monitoramento, mas apenas de apresentação de um programa de monitoramento por perfil sônico, com o que a Braskem adimpliu em tempo e modo – tal como reconhecido pela ANM em duas oportunidades.

60. Assim é que, se a ANM tivesse identificado que a empresa não estava cumprindo com o que propusera como programa de monitoramento, esta Agência deveria tê-la oficiado para exigir que esse fosse implementado, mas nunca, sob pena de ofensa aos princípios da legalidade e da segurança jurídica, autuá-la, repetidamente, por descumprir obrigação que não lhe foi feita.

61. Simples interpretação literal do que consta do dispositivo legal invocado para autuar a empresa em conjunto à exigência que supostamente foi descumprida é suficiente para fazer saltar aos olhos a ilegalidade dos Autos de Infração em comento, uma vez que o art. 34, XIII do Regulamento do Código de Mineração impõe que o titular da Concessão de Lavra fica obrigado a “tomar as providências indicadas pela

fiscalização da ANM e de outros órgãos e entidades da administração pública”, ao passo que o item 04 do Ofício 258/2015 exigiu que a empresa apresentasse programa de monitoramento.

62. Nesse contexto, impõe rememorar que as normas restritivas de direitos devem ser interpretadas de forma igualmente restritiva, de modo a evitar a adoção de condutas antidemocráticas por parte do Estado.

63. Por isso é que, muito embora tenha a Braskem realizado exames de sonar no período de 2015 a 2019, não havia nesse mesmo ofício nenhuma indicação da fiscalização da ANM no sentido de que esses estudos deveriam ser por ela implementados.

64. Repise-se, se a ANM tivesse identificado que a empresa não estava implementando o plano proposto e que esse deveria ser implementado, deveria tê-la oficiado para o fazer em determinado espaço de tempo – o que, por sinal, veio a ser feito no futuro como, por exemplo, quando da lavratura dos Ofícios 69 e 140/2018, quando a empresa foi efetivamente intimada para realizar os estudos de sonar de todas as frentes de lavra.

65. A situação fica ainda mais evidente quando se considera que esta Agência não lavrou apenas um auto de infração pelo suposto descumprimento de uma exigência que teria sido feita, mas cinco. Todos com o mesmo substrato fático: descumprimento da suposta exigência de implementação do programa de monitoramento do dano no interior das cavernas.

66. Ora, na **remota** hipótese de se considerar como existente alguma obrigação de implementar o programa de monitoramento por meio de perfil sônico com base no que consta do item 04 do Ofício 258, haveria “uma única” exigência ali: implementar o programa.

67. Não há uma exigência de implementar o programa em relação ao ano de 2016, outra exigência de implementar o programa em relação ao ano de 2017, nem



outra para o ano de 2018. Não há, tampouco, exigência para implementar um programa para as cavidades mais recentes e outro para as cavidades menos recentes.

68. Há apenas um programa de monitoramento por meio de perfil sônico, o qual deveria ser elaborado pela empresa considerando, no mínimo, a realização de campanhas diversas, a depender das características das cavidades. Assim, se esta Agência julga como existente obrigação de implementação do programa de monitoramento por perfil sônico com base no que consta do item 04 do Ofício 258/2015, é imperioso que sejam tornados sem efeito todos os cinco autos de infração lavrados com base no suposto descumprimento desse item, para, se for o caso, fazer lavrar um auto de infração que tenha por objeto “descumprir o que foi proposto no Programa de Monitoramento”, sob pena de violação ao princípio do *non bis in idem*.

69. Diferentemente do que faz entender o técnico desta Agência em seu Despacho 166 (SEI 1496667), o *bis in idem* existente no caso dos autos, ao qual se referiu a Recorrente em sede de defesa, não é em relação aos Autos de Infração lavrados em 2019 e que foram tornados sem efeito em decorrência de erro material, mas em razão de estar a empresa sendo apenada, neste momento, cinco vezes pelo suposto descumprimento de uma mesma e única suposta infração (Autos de Infração n°s 3744, 3745, 3770, 3784 e 3785/2020, todos decorrentes de suposto descumprimento do Programa de Monitoramento).

70. Cumpre destacar que a vedação ao “bis in idem” possui conexão constitucional como decorrência direta dos princípios da legalidade, da tipicidade e do devido processo legal. Nas palavras de Medina<sup>3</sup> o princípio do non bis in idem “*está constitucionalmente conectado às garantias da legalidade, proporcionalidade e, fundamentalmente, devido processo legal, implicitamente presente, portanto, no texto da CF/88*”. Ou seja, tal princípio “*impede a Administração Pública de impor uma segunda sanção administrativa a quem já sofreu, pela prática da mesma conduta, uma primeira sanção*”

---

<sup>3</sup> OSÓRIO, Fábio Medina. Direito Administrativo Sancionador. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

71. Por essas razões, deverão ser tornados sem efeito os Autos de Infração 3744, 3745, 3770, 3784 e 3785/2020, o que desde já se requer.

### **5.3. Razões para a anulação do Auto de Infração no. 3787/2020 – Gradação das sanções**

72. Conforme se vê dos autos, trata-se de Auto de Infração lavrado por ter a Braskem apresentado intempestivamente a inclusão dos poços 16, 17 e 28 no cronograma de arrasamento dos poços desativados, após o cumprimento das etapas previstas no Plano de Fechamento de Mina, protocolado na ANM em 23/03/2018 (item I do Ofício nº 175/2017).

73. A esse respeito, a Braskem apresentou, em 10/10/2016, antes da emissão do Ofício nº 175/2017, o cronograma de arrasamento dos poços desativados com vigência até o ano de 2020, no qual constavam os poços 16 e 17, visto que o poço 28 estava em operação naquela ocasião e apenas foi desativado em 2017, após a apresentação do cronograma (doc. 06). Por conseguinte, não havia nenhum fundamento para que fosse apresentada a previsão de desativação do poço 28, em operação na época (fl. 1898).

74. Em seguida, em 29/07/2017, a ANM solicitou que Braskem apresentasse o cronograma para o arrasamento dos poços 16, 17 e 28, com antecipação das etapas para 2017. Essa previsão foi adotada pela Braskem no Plano de Fechamento de Mina apresentado pela Braskem à ANM em 23/03/2018 (doc. 07), que contém, no tópico 7, o "Cronograma de Arrasamento dos Poços", no qual constam as informações sobre o arrasamento dos poços 16 (#M16), 17 (#M17) e 28 (#M28), cuja previsão para a conclusão do arrasamento era 2019 (fl. 1935), em conformidade com às características das operações da Braskem.

75. De fato, ao avaliar-se friamente o contexto dos autos, pode-se concluir que a empresa cumpriu, com atraso, a exigência feita por esta Agência, ao ter deixado de

apresentar, no prazo fixado pelo Ofício 175/2017, o cronograma de arrasamento contendo os poços das frentes de lavra 16, 17 e 28.

76. Ocorre que, ao considerar-se o contexto em que se deu o atraso da empresa e os efeitos gerados pela apresentação da informação que fora solicitada, salta aos olhos que a lei oferece outras alternativas para atuação do agente fiscalizador.

77. Isso porque, muito embora prevejam os arts. 70 c/c 34, XIII do Regulamento do Código de Mineração que o descumprimento de alguma das exigências feitas pela fiscalização da ANM implica na imposição de multa, também dispõe o art. 2º, XI da Lei 13.575/2017 (Lei de criação da ANM) que compete à Agência fiscalizar a atividade de mineração, podendo, dentre outras medidas, firmar termos de ajustamento de conduta.

78. No caso em comento, considerando-se os princípios da finalidade, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, deveria ter esta Agência imposto a assinatura de termo de ajustamento de conduta que veiculasse a imposição da sanção de advertência, o que se alinharia à natureza pedagógica da pena.

79. Pelo exposto, considerando o baixo impacto ao interesse público do cumprimento com atraso da exigência que foi feita à Braskem por meio do Ofício 175/2017, item 01, requer seja esse tornado sem efeito, para que seja-lhe facultado firmar termo de ajustamento de conduta que veicule a penalidade de advertência.

## **VI. RAZÕES PARA A ANULAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO 3786/2020**

80. Conforme se vê dos autos, trata-se de Auto de Infração lavrado por esta Agência pelo suposto descumprimento da exigência constante do item 05 do Ofício 258/2015, que determinou que a empresa apresentasse “um mapa de levantamento planialtimétrico da área da concessão de lavra mostrando os limites das bordas das cavernas em planta e sua variação em cada campanha de perfilagem”.

81. Em atendimento ao que lhe fora imposto, a empresa apresentou, inicialmente, às fls. 1890, mapa elaborado pela STOP em 2013 que, embora não possuísse todos, já continha parte dos elementos objeto da exigência feita, documento esse que foi posteriormente complementado em 25/05/2016, com base nas informações obtidas como conclusão dos trabalhos realizados entre os meses de março, abril e maio de 2016, conforme se vê à fl. 1897 (doc. 08).

82. Em que pese ter cumprido integralmente aquilo que fora exigido da empresa, qual seja a apresentação de levantamento planialtimétrico da área de concessão de lavra, com a localização das bordas das cavernas, esta Agência houve por julgar insuficientemente cumprida a exigência, ao fundamento de que apenas algumas frentes de lavra teriam sido consideradas no mapa apresentado.

83. Ocorre que, conforme se viu, além de a empresa ter cuidado de, no curto espaço de tempo que teve à disposição para cumprir a exigência que lhe fez esta Agência, apresentar as informações que já possuía até então, a Braskem veio a apresentar estudo completo, em atendimento a todas as exigências que lhe haviam sido feitas, tão logo concluídos os levantamentos necessários para tanto e antes de qualquer decisão desta Agência a respeito do tema.

84. Vale lembrar, por oportuno, que é facultado ao Administrado, nos termos do art. 3º, inciso III da Lei 9.784/99, “formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente”, razão pela qual conclui-se que falhou o técnico desta Agência em avaliar o conjunto das informações constantes dos autos, a partir do que constataria que, além do documento apresentado em 2016, com os dados mais atuais que se havia, a empresa já havia juntado aos autos mapa que indicava os limites das bordas de algumas das cavernas em planta.

85. Pelo exposto, tendo sido integralmente cumprida a exigência objeto do item 05 do Ofício 258/2015, deverá ser tornado sem efeito o Auto de Infração 3786/2020, o que desde já se requer.

## VII. AUSÊNCIA DE CONDUTA REINCIDENTE

86. Conforme se vê dos autos, foram impostas em desfavor da empresa penalidades de multa em dobro, nos termos do art. 53, §2º do Regulamento do Código de Mineração, veiculadas por meio dos Autos de Infração de n°s 3743/2020, 3745/2020, 3770/2020, 3784/2020 e 3785/2020.

87. Ocorre que, conforme já argumentado em sede de defesa, não há que se falar em reincidência no caso dos autos, uma vez que não há qualquer penalidade de multa imposta em desfavor da Braskem **que já tenha transitado em julgado** e que tenha por objeto a conduta de descumprimento de exigências da fiscalização que foram veiculadas por meio dos Autos de Infração em comento.

88. Diferentemente do que foi posto pelo técnico desta Agência no Despacho 166 (SEI 1496667), embora tenham sido os Autos de Infração ora impugnados lavrados “em bloco”, nenhum deles poderá ser tido, em relação aos outros, como suficiente para caracterizar a reincidência.

89. Isso porque, à luz do princípio da presunção de inocência, previsto no art. 5º, inciso LVII da Constituição Federal, um sujeito somente poderá ser considerado culpado pela prática de ato infracional após o trânsito em julgado de decisão condenatória.

90. Ou seja, a mera lavratura de auto de infração, ou mesmo a imposição inicial de multa administrativa, não poderá ser tida, num Estado Democrático de Direito, como situação capaz de tornar um sujeito reincidente para fins de aplicação de outra penalidade.

91. Assim, não se tratando os Autos de Infração de n°s 3742/2020 e 3744/2020 de casos já definitivamente julgados em âmbito administrativo, esses não podem ser utilizados para fins de consideração de reincidência, exatamente por serem ainda passíveis de reforma.

92. Especificamente em matéria de Direito Administrativo Sancionador, aplicada para outras Agências Reguladoras similares à ANM, a jurisprudência entende que a reincidência pressupõe a existência de uma **decisão administrativa** que pune, **de maneira definitiva**, a prática prévia de infração do mesmo tipo pelo mesmo sujeito:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE COMERCIAL. REINCIDÊNCIA NÃO CONFIGURADA.

1. Nos termos do artigo 8º, §1º, da Lei 9.847/99, a reincidência resta caracterizada quando o infrator pratica nova infração depois de decisão administrativa definitiva que o tenha aplicado penalidade.

2. Considerando que a infração ora em discussão ocorreu em 04/06/2011 e as decisões administrativas definitivas das infrações anteriores foram proferidas em 08/12/2011 e

20/06/2012, ou seja, posteriormente à data do ilícito, não é de se reconhecer a pena de reincidência.

3. A redação legal toma como base para a verificação da reincidência a data da prática da infração, e não de sua constatação pela entidade fiscalizadora, como bem sinalizou o magistrado de primeiro grau.

4. Agravo desprovido."

(TRF3. Agravo de Instrumento nº 0019615-92.2016.4.03.0000/SP. Relator: Des. Federal Antônio Cedenho, 17 de maio de 2017. DJe: 29/05/2017)

"APELAÇÃO. ADMINISTRATIVO. ANP. AUTO DE INFRAÇÃO. NÃO INDICAÇÃO EM CAMPO APROPRIADO DA NOTA FISCAL REFERENTE À VENDA DE PRODUTOS COMBUSTÍVEIS OS NÚMEROS DOS ENVELOPES DAS AMOSTRAS TESTEMUNHAS ENTREGUES AO POSTO REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTORES. ART. 6º §2º DA RESOLUÇÃO ANP Nº 9/2007. ART. 3º, XII, DA LEI 9.847/99. RESPONSABILIDADE DO DISTRIBUIDOR. AGENTE COMERCIALIZADOR DE COMBUSTÍVEL. MULTA SANCIONATÓRIA. RAZOABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. [...]

8. A disposição legal, contida no §1º do art. 8º da supracitada Lei, é expressa no sentido de que a reincidência, no âmbito da ANP, se configurará quando o infrator praticar uma infração depois da decisão administrativa definitiva que o tenha apenado por qualquer infração prevista na Lei 9.847/99."

(TRF2. Apelação Cível nº 0008590-35.2016.4.02.5101. Relator: Des. Federal Ricardo Perlingeiro, 7 de fevereiro de 2018. DJe: 19/02/2018)

93. Ou seja, a mera lavratura de um Auto de Infração não poderá ser utilizada para fins de se considerar um agente como reincidente, pois, sendo-lhe garantido o direito à ampla defesa, poderá, no curso do processo, vir a ser afastada a prática do ato pretérito tido como ensejador da reincidência.

94. Nesse sentido, veja-se trecho de artigo de lavra dos eminentes Carlos Ari Sundfeld e Rodrigo Pagani de Souza, denominado Reincidência no Direito Administrativo Sancionador<sup>4</sup>:

“Só se pode admitir uma reincidência se houver certeza jurídica quanto a uma “incidência” anterior. Não reincide quem ainda não “incidiu”. E só se pode considerar, com toda certeza, que alguém “incidiu” no passado – isto é, incorreu efetivamente em infração – se houver decisão, fruto do devido processo, que o tenha declarado em definitivo.

Esta “definitividade” da penalização anterior pode ser verificada em âmbito judicial ou administrativo, o que dependerá da legislação aplicável. Algumas leis preveem a figura da reincidência em infrações administrativas (a legislação antitruste, por exemplo), enquanto outras preveem a reincidência em infrações judicialmente decretáveis (é o caso do Código Penal, por exemplo).

Mas tanto na esfera administrativa como na judicial, quando a lei prevê a reincidência, ela está a se reportar a situações em que a infração objeto do segundo processo somente terá sobrevivido quando a infração objeto do anterior já tiver sido declarada em definitivo.

(...)

Exigência análoga se encontra no direito administrativo sancionador – embora, em lugar de sentença irrecurável (transitada em julgado), exija-se decisão administrativa definitiva.

(...)

Pode-se também conferir – ainda, no campo do direito administrativo sancionador, só que agora em matéria de sanções regulatórias – o conjunto de disposições da Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999 sobre a reincidência na área de petróleo, gás natural e biocombustíveis:

(...)

Enfim, na esfera penal como na administrativa, a reincidência é figura que sempre se revela pelo mesmo quadro: a prática de nova infração depois de decisão definitiva de penalização do infrator por prática infracional de mesma natureza.

Mesmo quando a legislação não tenha sido explícita a esse respeito, é essa a interpretação oficial que se lhe deu<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> SUNDFELD, Carlos Ari. SOUZA, Rodrigo Pagani de. Reincidência no direito administrativo sancionador. Revista do Direito Público, Londrina, v. 12, n. 1, p.175-203, abr. 2017.

<sup>5</sup> Nesse sentido, confira-se o caso do Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (BRASIL, 1990), que apresenta as seguintes disposições sobre a reincidência em infração disciplinar:

(...)

A figura da reincidência tem, pois, esta feição própria, assim sedimentada no Direito brasileiro.

95. Na prática, a Administração Pública, ao considerar que um ato a respeito do qual ainda não tenha sido proferida decisão administrativa final poderia ser tido, definitivamente, como praticado, para fins de reincidência, em relação a conduta posterior, se está, implicitamente, negando provimento, antecipadamente e sem a devida motivação, à defesa do agente autuado.

96. Por isso, deverão ser anulados os autos de infração em referência, sob pena de violação ao direito à presunção de inocência assegurado constitucionalmente.

## VIII. CONCLUSÃO

97. Por tudo o que foi aqui exposto, a Braskem requer ao Sr. Gerente Regional da Agência Nacional de Mineração no Estado de Alagoas o recebimento da presente manifestação como pedido de reconsideração e que este, ao exercer seu juízo de retratação, se digne a **TORNAR SEM EFEITO** os Autos de Infração de n°s 22/2018, 3742/2020, 3743/2020, 3744/2020, 3745/2020, 3770/2020, 3784/2020, 3785/2020, 3786/2020 e 3787/2020.

98. Caso o Sr. Gerente Regional da ANM/AL entenda por manter incólume a decisão já proferida, requer a remessa da presente à Diretoria Colegiada desta Agência, para que a receba como Recurso Hierárquico e que, ao fazê-lo, lhe dê

---

Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990

“Capítulo V - Das Penalidades

Art. 129. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 130. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias. [...]



provimento para anular a decisão objurgada e, ao final, tornar sem efeito os Autos de Infração em comento.

99. Em ambos os casos, considerando-se a relevância das discussões aqui postas e o fundado receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação caso venham a ser produzidos algum dos efeitos da decisão recorrida, a teor do art. 61, §1º da Lei 9.784/99, a Braskem requer seja atribuído **EFEITO SUSPENSIVO** à presente manifestação, para que essa somente gere frutos após o trânsito em julgado de decisão administrativa final que verse sobre o tema.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2020.

**BRASKEM S.A.**

## RECIBO ELETRÔNICO DE PROTOCOLO - SEI Nº 27225.006648/1965-86

**Solicitante:**

JOAO HENRIQUE DE CARVALHO RASO

**IP Utilizado:**

Conformidade	31/08/2020 - 23:33:01.354	187.20.54.228
Certificado Digital		

**Unidade:**

ENTRADA-AL

**Tipo Protocolo:**

Solicitar Recurso ao Diretor Geral ou Diretoria Colegiada

**Interessado**

Braskem S.a

**Terceiro Interessado:**

JOAO HENRIQUE DE CARVALHO RASO

**Relacionamento entre o Solicitante e o Interessado:**

JOAO HENRIQUE DE CARVALHO RASO, por meio de Conformidade, Certificado Digital, operando por JOAO HENRIQUE DE CARVALHO RASO. via:  
Relacionamento pessoa fisica-pessoa fisica (PF-PF)

**Protocolos dos Documentos (Número SEI):****Processo 27225.006648/1965-86**

- Documento Complementar (1683568)
- Documento Complementar (1683569)
- Documento Complementar (1683570)
- Documento Complementar (1683572)
- Documento Complementar (1683574)
- Documento Complementar (1683575)
- Documento Complementar (1683576)
- Documento Complementar (1683577)
- Documento Complementar (1683578)
- Procuração (1683579)
- Recurso (1683580)

O usuário acima identificado foi previamente avisado que o protocolo importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio usuário ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo Protocolo, considerando-se tempestivos os praticados até último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica aos sistemas da ANM, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet da Agência Nacional de Mineração.